ODONTO empresas | CNP Seguros

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA

CNPJ: 40.223.893/0001-59

Relatório de Administração - Exercício de 2023

ANS - nº 310981

Prezados Cotistas.

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às operadoras supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

Em 2023, em um mercado global local que detem 32,67 milhões de clientes, o faturamento da Companhia foi de R$52,27 mil. A estratégia da atividade comercial visou o desenvolvimento da oferta de produtos a partir das parcerias (B2B2C) com corretores de seguros e empresas que pretendem realizar uma oferta ampla de produtos agregando ao seu portfólio, o produto odontológico. No entanto a operação foi impactada pela saída de clientes da carteira ativa, impactando o faturamento em 7% em relação ao exercício de 2022.

Por outro lado, o resultado bruto das operações foi de R$24.058mil, representando 46% do faturamento do período, reflexo do controle das regras de subscrição, da regulação de sinistro e de auditoria, sendo 4% inferior ao ano de 2022. No âmbito das operações, em razão da recente aquisição pela CNP Assurances da participação societária da Caixa Seguridade na Companhia, a Administração conduziu um projeto em 2023 de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Este projeto teve reflexo nas despesas da Companhia para 2023. Como resultado a Companhia encerrou o exercício de 2023 registrando um prejuízo líquido de R$9.367mil com um patrimônio líquido R$15,335mil. Ainda em 2023, no âmbito social a Companhia, realizou uma iniciativa em um projeto de parceria filantrópica com o Instituto CNP visando promoção em saúde bucal para jovens carentes, alunos do Instituto.

Para 2024 a Companhia projeta um crescimento de 34% de faturamento a partir da aceleração do desenvolvimento de novas parcerias comerciais (corretores, bancos, empresas de varejo entre outros) que possuem uma rede de distribuição e perfil de clientes aderentes aos ofertados pela Sociedade, além de estratégia de retenção e fidelização dentes atuos na carteira. Aliado a estratégia comercial, é foco da administração a manutenção do controle da sinistralidade e realização de programas de eficiência de custo de operação após o projeto de autonomia que foi finalizado para redução dos patamares de despesas operacionais e administrativas.

Para sustentar as projeções de desenvolvimento da Companhia, em 29.01.2024, em tempo da publicação destas Demonstrações Financeiras, e, reforçando a estratégia do acionista, novo aporte de capital foi realizado na Companhia no montante de R$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), refletidos no fechamento contábil de janeiro de 2024.

Honorários de Auditoria Externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA. agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de seus parceiros. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 26 de março de 2024.

A Administração.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		44.838	42.731
Disponível		259	105
Realizável		44.579	42.626
Aplicações Financeiras	4	36.018	31.692
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.127	7.344
Aplicações Livres		27.891	24.348
Créditos de operações com planos de assistência à Saúde	5	2.779	4.510
Contraprestação pecuniária a receber		2.779	4.510
Despesas diferidas	5.4	864	757
Créditos Tributários e Previdenciários	6	4.712	5.380
Bens e Títulos a Receber		206	151
Despesas antecipadas		–	136
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.601	3.468
Realizável a longo prazo		2.031	1.928
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	2.031	1.928
Imobilizado	7	292	1.380
Imobilizado de uso próprio		269	161
Imobilizado Não Odontológicos		269	161
Outras imobilizações		23	31
Direito de uso de arrendamentos			1.188
Intangível	7	278	160
TOTAL DO ATIVO		47.439	46.199

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		26.938	16.347
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	5.276	6.188
Provisões de contraprestação		1.454	2.159
Provisão de contraprestação Não Ganha PPCNG		1.454	2.159
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		1.747	2.176
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		2.075	1.853
Débitos de operações de assistência à saúde		2.827	1.492
Receita Antecipada de contraprestações		51	64
Comercialização sobre operações		2.776	1.428
Provisões		489	–
Provisões para ações judiciais	11	489	–
Tributos e Encargos Sociais a recolher	9	532	444
Débitos diversos	10	17.814	8.223
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.166	5.150
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	280	–
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		280	–
Provisões		4.886	4.422
Provisões para Ações Judiciais	11	4.886	4.422
Débitos diversos	10		728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	15.335	24.702
Capital social		30.400	30.400
Prejuízos acumulados		(15.065)	(5.698)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.439	46.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	30.400	(4.228)	26.172
Prejuízo Líquido do Exercício	–	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.400	(5.698)	24.702
Prejuízo Líquido do Exercício	–	(9.367)	(9.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.400	(15.065)	15.335

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Contraprestações Efetivas de Plano de assistência à Saúde		52.271	56.004
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		54.720	58.778
Contraprestações líquidas	15.a	54.720	58.778
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à Saúde da operadora		(2.449)	(2.774)
Eventos indenizáveis Líquidos		(18.937)	(17.947)
Eventos Conhecidos ou Avisados	15.b	(18.714)	(18.179)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(222)	232
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		33.335	38.057
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		53	18
Outras Despesas Operacionais com Plano odontológico	15.c	(8.611)	(9.534)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.507)	(7.338)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.104)	(2.196)
Outras Despesas Oper. a Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(719)	(387)
RESULTADO BRUTO		24.058	28.154
Despesas de Comercialização	15.d	(7.189)	(9.578)
Despesas Administrativas	15.e	(28.424)	(20.604)
Resultado Financeiro Líquido	15.f	2.475	3.704
Receitas Financeiras		4.597	4.097
Despesas Financeiras		(2.122)	(393)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(9.080)	1.676
Imposto de Renda	16	–	(1.038)
Contribuição Social	16	–	(445)
Participações sobre o Lucro		(287)	(1.663)
RESULTADO LÍQUIDO		(9.367)	(1.470)
Quantidade de quotas		3.040.049.342	3.040.049.342
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		(3,08)	(0,48)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados do exercício	(9.367)	(1.470)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(9.367)	(1.470)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Odontológicos	53.968	56.672
Resgate de Aplicações Financeiras	17.637	6.990
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	–	2
Outros Recebimentos Operacionais	1.629	1.449
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(18.454)	(17.717)
Pagamento de Comissões	(7.255)	(8.334)
Pagamento de Pessoal	(9.789)	(7.899)
Pagamento de Pró-labore		
Pagamento de Serviços Terceiros	(8.847)	(10.781)
Pagamento de Tributos	(5.458)	(8.308)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.593)	(236)
Pagamento de Aluguel	(103)	(344)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(412)	(1.346)
Aplicações Financeiras	(18.525)	(7.090)
Outros Pagamentos Operacionais	(1.151)	(2.414)
Caixa líquido nas atividades operacionais	647	644
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de Venda de Ativo imobilizado – Outros	16	–
Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado – Outros	(211)	(41)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(195)	(41)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de Arrendamentos/Financiamentos/Leasing	(298)	(622)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(298)	(622)
Variação de caixa e equivalente de caixa	154	(19)
Caixa – saldo inicial	105	124
Caixa – saldo final	259	105

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Odonto Empresas" ou "Companhia"), sediada na Avenida Tamboré, 267 15º andar conjunto 1518, Barueri - SP, tem por atividade a administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde suplementar no segmento de odontologia na modalidade de pré-pagamento, relacionados com a prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (*affinity groups*) e pessoas físicas por meio de seus clientes.

A Odonto Empresas possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de odontologia de grupo e encontra-se autorizada para funcionamento desde 18 de janeiro de 2006.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Reestruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações em Seguros Ltda. (anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.), para a CNP Seguros Holding Brasil S.A.

No dia 12 de dezembro de 2022, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era desde o dia 31 de outubro de 2022, a controladora direta da Companhia, , transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme proporção a seguir:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- Caixa Seguridade - 48,25%

No dia 22 de dezembro de 2022, a CNP passou a deter 100% das ações da Companhia, a operação foi concluída após a aquisição de 48,25% das cotas detidas pela Caixa Seguridade, a partir dessa data, a composição acionária da Companhia, passou a ser:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- CNP Assurances Participações Ltda. - 48,25%

A ANS aprovou a cisão parcial do ente não regulado CNP Seguros Holding Brasil S.A. com incorporação da parcela cindida pela operadora de plano de assistência à saúde Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Reg. nº 31.098-1), através do processo nº: 33910.034999/2022-09, nota técnica nº 223/2022/ASSNT-DIOPE/DIPAD-DIOPE/DIOPE, em 12 de dezembro de 2022.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham um resultado em nenhuma transação ou evento contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 26 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração (quando houver valores registrados):

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. *Impairment*

2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:

- Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.
- Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.5.2. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: *i)* Móveis, máquinas, utensílios e demais equipamentos - de 10% a 20% a.a.; *ii)* benfeitoria em imóveis de terceiros de 20% aa; e veículos - 20% a.a..

O intangível é composto de sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Eventos a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método *Chain Ladder*, com observações de 18 meses.

A Provisão para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações apurando a parcela de contribuições não ganhas, cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme requerido pela Resolução ANS nº 528/2022, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que estejam vigentes na data de execução do teste. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme modalidade de contratação, sendo os contratos Individuais e contratos Coletivos, estabelecidos em regulamentação.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados o cupom Pré-fixada da ANBIMA, conforme estabelecido no item 10.12.2.1 do Anexo da RN 528/2022;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes dos produtos, foram apuradas sinistralidades com base no histórico, com crédito observado da carteira, totalizando 30%;

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observado para a carteira;

d) Despesas: a estimativa das despesas foi utilizada a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Ajustes de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos planos comercializados.

As contraprestações emitidas são apropriadas ao resultado em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

As despesas de comercialização diferidas são aplicadas para os planos empresariais, e são compostas por todos os gastos diretamente incrementais e relacionados à emissão de faturas, e que possuem ser avaliados com confiabilidade e apropriados ao resultado no prazo de até 12 (doze) meses. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultados futuros que comportem os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 2.8 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; e

Nota 11 - Provisões judiciais.

2.13 Operações de arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamentos são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedeça aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (alugueis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos especificados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/AS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 7 e nº 10.3 - Apresentam as informações de abertura dos saldos conforme exigência da norma

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2022. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. Foram analisados os ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data da transição e concluiu-se não ter ocorrido perda. Não há registro de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. Foi utilizado o expediente prático ao amparo o CPC 06 (R2 a mesma taxa de desconto aplicada aos arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil reais.

2.14. Adoção do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments* em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021. A norma introduz um conceito de perda esperada para os instrumentos financeiros, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro abordagem geral e simplificada.

Os ativos financeiros da companhia são integralmente classificados pelo valor justo por meio do resultado, antes mesmo da adoção do CPC 48. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*.
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*.
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos e/ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares da *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza reuniões periódicas com comitês, sendo eles os Comitês d'Engajamento (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia ainda conta com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança de controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Controles de risco

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a companhia adota políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, segurança da informação (implantadas e monitoradas) e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.3. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

Sensibilidade	31/12/2023 **Impacto monetário**	31/12/2022 **Impacto monetário**

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se o risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

3.6.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos, o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O saldo apresentado de *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 2 (31 de dezembro de 2022 - R$ 2).

4. Aplicações

	31/12/2023		31/12/2022			
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Percentual
Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento abertos	36.018	36.018	31.692	31.692	36.018	100,00%

4.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**31.692**	**28.556**
Aplicações	18.525	7.090
Resgates *(i)*	(18.283)	(7.535)
Rendimentos	4.084	3.581
Saldo final	**36.018**	**31.692**

(i) Na composição da movimentação, o resgate é demonstrado no valor bruto de IR na alíquota de 17,5%.

4.2. Abertura por nível

A seguir, apresenta-se a classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 36.018 (31 de dezembro de 2022 - R$ 31.692).

5. Créditos das operações com planos de assistência odontológica

5.1. Contraprestação pecuniária

Apresentamos a seguir as contraprestações a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Contraprestações a receber	PDD	Total	Contraprestações a receber	PDD	Total
Odonto empresarial	1.565	(614)	951	2.478	(259)	2.219
Odonto pessoa física	5.256	(3.426)	1.828	3.924	(1.633)	2.291
Total	**6.821**	**(4.042)**	**2.779**	**6.402**	**(1.892)**	**4.510**

5.2. Movimentação das contraprestações a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**4.510**	**4.364**
Contraprestações emitidas	55.264	59.440
Contraprestações canceladas	(877)	(1.518)
Recebimentos	(53.968)	(56.672)
Reversão de provisão para perdas	(2.150)	(1.103)
Saldo final	**2.779**	**4.510**

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações a vencer		
De 1 a 30 dias	1.452	3.605
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	966	767
De 31 a 60 dias	261	120
De 61 a 120 dias	100	18
Saldo final	**2.779**	**4.510**

5.4. Despesas diferidas

O saldo das Despesas diferidas refere-se substancialmente ao diferimento de comissão. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 864 (31 de dezembro de 2022 - R$ 757).

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários da Companhia estão integralmente originários por tributos a compensar, e estão compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Social	219	965
Imposto de Renda	4.472	4.396
Outros Tributos	21	19
Total	**4.712**	**5.380**

6.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições temporárias	7.281	5.975
Prejuízo fiscal	22.679	21.592
Total	**29.960**	**27.567**

7. Imobilizado e intangível

O saldo de imobilizado está totalmente representado por veículos, instalações e equipamentos de informática. O intangível refere-se integralmente a gastos com sistemas informatizados.

A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado e Intangível:

Imobilizado	**Taxa anual de depreciação (%)**	**Saldo inicial**	**Aquisições**	**Baixas**	**Novos contratos**	**Transferência**	**Depreciações**	**Saldo final**
Equipamentos	10 a 20	**23**	19	–	–	–	(18)	**24**
Móveis, máquinas e utensílios	10	**120**	–	–	–	–	(55)	**65**
Veículos	20	**18**	192	(16)	–	–	(15)	**179**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	**31**	–	–	–	–	(7)	**24**
Ativo de direito de uso *(i)*	30,77	**1.188**	–	(816)	–	–	(370)	**–**
Total		**1.380**	**211**	**(834)**	**–**	**–**	**(465)**	**292**

Intangível	**Taxa anual de amortização (%)**	**Saldo inicial**	**Aquisições**	**Baixas**	**Novos contratos**	**Transferência**	**Amortização**	**Saldo final**
Sistemas de computação	20	**160**	–	–	–	–	(147)	**13**
Sistemas de computação em desenvolvimento (ii)		**–**	**265**	**–**	**–**	**–**	**–**	**265**
Total		**160**	**265**	**–**	**–**	**–**	**(147)**	**278**

(i) O Ativo de direito de uso refere-se substancialmente a imóveis locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.13). A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2023 uma taxa de 30,23 % a.a. (ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir a movimentação das provisões técnicas:

	31/12/2023			
	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.176**	**1.853**	**2.159**	**6.188**
Constituições	764	24.760	53.431	78.955
Reversões	(587)	(24.538)	(54.136)	(79.261)
Aviso de sinistros	18.130	–	–	18.130
Pagamentos de sinistros	(18.456)	–	–	(18.456)
Saldo final	**2.027**	**2.075**	**1.454**	**5.556**

	31/12/2022			
	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.267**	**2.086**	**2.107**	**6.459**
Constituições	165	26.544	60.611	87.320
Reversões	(217)	(26.776)	(60.559)	(87.552)
Avisos de sinistros	17.912	–	–	17.912
Pagamentos de sinistros	(17.951)	–	–	(17.951)
Saldo final	**2.176**	**1.853**	**2.159**	**6.188**

(i) Refere-se a movimentação de constituição/reversão no exercício.

9. Tributos e encargos sociais a recolher

Apresentamos a seguir a composição dos tributos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF tercieros a recolher	83	80
PIS/PASEP/COFINS	171	152
ISS a recolher	62	63
INSS a recolher	7	6
IRPJ líquido das antecipações a recolher	–	46
CSLL líquido das antecipações a recolher	–	29
FGTS a recolher	35	47
Outros tributos e encargos sociais a recolher	174	21
Total	**532**	**444**

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	260	380
Obrigações com pessoal a pagar	2.393	2.579
Comissões e bonificações a pagar	286	1.055
Passivos de arrendamento *(i)*	–	1.247
Provisão honorários advocatícios	351	351
Provisão de contas a pagar	2.400	2.400
Aluguéis	–	4
Outros contas a pagar *(ii)*	12.124	930
	17.814	**8.951**

(i) Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contraparitda com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

(ii) O Aumento refere-se ao contrato de cost-sharing com CSH sob as despesas pessoal, administração entre outros.

10.1. Movimentação do passivo de arrendamento

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.400	(153)	1.247
Apropriação de juros transcorridos	–	122	122
Constituições/reavaliações de contratos	2.264	(487)	1.777
Pagamentos	(451)	–	(451)
Outros/Baixas	(3.213)	518	(2.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**–**
Circulante	–	–	–
Não circulante	–	–	–

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**–**	**–**	**–**
Apropriação de juros transcorridos	–	153	153
Constituições/reavaliações de contratos	2.022	(306)	1.716
Pagamentos	(622)	–	(622)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.400**	**(153)**	**1.247**

Circulante	**622**	**(103)**	**519**
Não circulante	**778**	**(50)**	**728**

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 10,64 % a.a. em 31 de dezembro de 2022.

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

A composição dos depósitos judiciais e provisões para ações judiciais está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Natureza cível (i)	2.017	1.928	4.127	2.729
Natureza trabalhista	14	–	15	–
Natureza fiscal - Contingências	–	–	1.233	1.693
Totais	**2.031**	**1.928**	**5.375**	**4.422**

(i) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-91.2019.4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS.

A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue:

	Saldo 31/12/2022	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2023
Natureza cível	2.729	1.109	(511)	801	4.127
Natureza trabalhista	–	15	–	–	15
Natureza fiscal - Contingências	1.693	–	(1.130)	670	1.233
	4.422	**1.124**	**(1.641)**	**1.471**	**5.375**

	Saldo 01/01/2022	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	2.792	542	(910)	305	2.729
Natureza fiscal - Contingências	1.392	–	–	301	1.693
	4.184	**542**	**(910)**	**606**	**4.422**

As provisões judiciais cíveis correspondem, substancialmente, a cobertura de danos morais, materiais, que estão em discussão judicial.

As provisões fiscais, referem-se a tributos federais, com solicitação administrativa de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil.

A segregação em função da probabilidade de perda pode ser resumida como segue:

	31/12/2023			
	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	724	344	4.127	5.196
Natureza trabalhista	10	124	15	149
Natureza fiscal - Contingências	91.966	3.731	1.233	96.930
	92.700	**4.199**	**5.375**	**102.275**

	31/12/2022			
	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	2.188	–	2.729	4.917
Natureza fiscal - Contingências	83.011	3.485	1.693	88.189
	85.199	**3.485**	**4.422**	**93.106**

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 30.400 (31 de dezembro de 2022 - R$ 30.400), e está representado por 3.040.049.342 (três bilhões, quarenta milhões, quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma.

13. PLA e margem de solvência

Em atendimento à Resolução normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Patrimônio líquido ajustado	**19.336**	**24.703**
1 - Patrimônio líquido Contábil	**17.194**	**23.650**
2 - Deduções	**1.142**	**1.053**
Despesas de comercializações diferidas	864	757
Despesas antecipadas	–	136
Intangível (líquido de gastos com promoção e prevenção à saúde)	278	160
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**14.193**	**23.650**
b) Capital baseado em Risco		
Capital base	**11.227**	**10.883**
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)		
Capital de risco de crédito	2.734	2.814
Capital de risco de subscrição	3.036	2.941
Capital de risco de mercado	1.060	968
Capital de risco de operação	2.493	1.495
Benefício da correção	1.429	(1.738)
Capital baseado em risco	**7.994**	**6.480**
Suficiência de capital	**2.966**	**12.767**
% Suficiência de capital	**38%**	**197%**
Suficiência de solvência	**180%**	**365%**

13.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória.

Apresentamos a seguir a composição:

Provisão Técnica	31/12/2023	31/12/2022
PEONA 100%	2.075	1.853
PPCNG	1.454	2.159
PESL		
PSL - MAIOR QUE 30 dias	691	549
PSL - MENOR QUE 30 dias	1.336	1.627
Total das provisões técnicas	5.556	6.188
(–) Soma das deduções permitidas	(1.336)	(1.627)
Total líquido das provisões a vincular	**4.220**	**4.561**
Total Ativos Garantidores vinculados	**8.127**	**7.344**
Suficiência de Vinculação	**3.907**	**2.783**

Os ativos dados em garantias às referidas provisões técnicas são registradas em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

14. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Assurances Participações Ltda., controladora indireta CNP Assurances, demais Companhias ligadas à sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidos abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa Seguradora S.A. *(i) (iii)*	–	(10.267)	–	(372)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi)*	–	(115)	–	(2)
CNP Capitalização S.A. *(iv)*	–	–	–	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	106	–	15	–

	31/12/2023		31/12/2022	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Caixa Seguradora S.A. *(i) (iii)*	680	(10.481)	2.323	(1.439)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi) (iii)*	46	(34)	88	(6)
CNP Capitalização S.A. *(iii) (iv)*	11	–	14	–
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. *(iii)*	27	–	66	–
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. *(iii)*	6	–	13	–
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	(582)	40	(512)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(vi)*	–	–	–	(23)
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(iii)*	56	–	66	–
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(vii)*	–	–	–	(79)
Jadlog Logística S.A. *(viii)*	–	–	–	(65)

(i) Refere-se a compartilhamento e custo;

(ii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados;

(iii) Plano odontológico oferecido aos funcionários;

(iv) Refere-se aos produtos acoplados de incentivo as vendas;

(v) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;

(vi) Operações de seguros;

(vii) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;

(viii) Refere-se a manuseio de material de postagem e arquivos.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

15. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Plano coletivo por adesão	5.846	5.694
Plano coletivo empresarial	19.338	21.974
Plano individual/familiar	29.536	31.110
Total	**54.720**	**58.778**
b) Eventos Indenizáveis líquidos		
Plano coletivo por adesão	(3.813)	(3.495)
Plano coletivo empresarial	(6.614)	(6.635)
Plano individual/familiar	(8.287)	(8.049)
Total	**(18.714)**	**(18.179)**
c) Outras Despesas Operacionais		
Provisão para risco de crédito	(3.104)	(2.196)
Despesas de cobrança	(709)	(806)
Despesas com mídia produto	(1.147)	(879)
Central de relacionamento	(51)	(2.020)
Campanhas comerciais	(1.642)	(1.289)
Reteturamento comercial	(902)	(1.840)
Outras despesas operacionais	(1.056)	(504)
Total	**(8.611)**	**(9.534)**
d) Despesas de Comercialização		
Comissão	(6.224)	(7.214)
Agenciamento	(1.095)	(1.445)
Arrendamento de balcão	(784)	(919)
Outras despesas de comercialização	914	–
Total	**(7.189)**	**(9.578)**
e) Despesas Administrativas		
Pessoal próprio	(10.934)	(12.251)
Serviços de terceiros	(5.020)	(3.599)
Localização e funcionamento	(3.411)	(4.248)
Publicidade e propaganda	(2.404)	(199)
Taxa de saúde suplementar	(251)	(252)
Tributos	(149)	(14)
Provisão para contingência	(65)	174
Outras despesas administrativas	(6.190)	(215)
Total	**(28.424)**	**(20.604)**
f) Resultado financeiro líquido		
Receitas com fundos de investimentos	4.084	3.581
Recebimento em atraso	100	87
Descontos concedidos	(137)	(10)
Receita de juros e atualizações	384	420
Juros de arrendamento	(802)	(153)
Provisões financeiras – Causas judiciais	(565)	–
Despesas financeiras – Juros de contingências fiscais	(378)	–
Outras receitas financeiras	28	8
Outras despesas financeiras	(239)	(229)
Total	**2.475**	**3.704**

16. Imposto de renda e contribuição social

A abertura do imposto de renda e contribuição social e suas respectivas alíquotas efetivas são apresentas a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	(9.367)	(9.367)	(2.104)	(2.104)
Base de cálculo	**(9.367)**	**(9.367)**	**(2.104)**	**(2.104)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**843**	**2.342**	**189**	**526**
Ajustes do custo	6.170	6.170	7.043	7.043
Total dos ajustes a base de cálculo	**9.367**	**9.367**	**7.043**	**7.043**
Tributos sobre os ajustes	**(843)**	**(2.342)**	**(634)**	**(1.761)**
Incentivos fiscais	**–**	**–**	**197**	**–**
Despesa contabilizada	**–**	**–**	**(445)**	**(1.038)**
Taxa efetiva *(ii)*	**0,00%**	**0,00%**	**21,13%**	**49,36%**

17. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é copatrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e participantes na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL, *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 347 (31 de dezembro de 2022 - R$ 447).

18. Eventos subsequente

Em 29.01.2024, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a aprovação do aumento do capital social da Companhia, correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir esse aumento. O capital social da companhia passou de R$30.400 (trinta milhões e quatrocentos mil reais) para R$77.400 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), representando um aumento, portanto, de R$ 47.000 (quarenta e sete milhões de reais), mediante a emissão de 4.700.000.000 (quatro bilhões e setecentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas.

Diretoria Executiva

François Dominique Philippe Tritz
Diretor Presidente

Contadora

Luciene Rocha Batista
CRC SP-265373/O-7 "T" SP

Atuário

Gabriel Porto Montenegro Henriques
Atuário MIBA nº 2978

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP - 246031/O-8

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL ODIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F37F-CBA9-6F89-BCD9.

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, A autenticidade pode ser conferida em https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F37F-CBA9-6F89-BCD9.

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/03/2024
Aponte a câmera de seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesso também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/helices-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL ODIA SP.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F37F-CBA9-6F89-BCD9.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F37F-CBA9-6F89-BCD9 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F37F-CBA9-6F89-BCD9

Hash do Documento

BD9EEFB2A5B2192F2CA2A479EA2835191F97D0DDFD9BB03C5714AD3C697C7051

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

☑ JORNAL ODIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 091.260.448-46 em 28/03/2024 00:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24